

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL nº 1.876, de 2007.**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

☐ SIM ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☒ estados ☒ municípios  
☐ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1.Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

☒ SIM

- ☒ Aumento de despesa. Quais? SUBSTITUTIVO DA CTD
- ☐ Implica diminuição de receita. Quais?
- ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?

☐ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1.Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

☐ SIM (Emenda nº ) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?**

☐ SIM ☒ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: CF-ADCT: art. 113; LRF: art. 16; LDO 2017: art. 117; Súmula nº 1/08 - CFT**

<sup>1</sup> Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; art. 113 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2016-2019; arts. 102, 103, e 117 da LDO 2017; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



**Câmara dos Deputados**

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

#### **4. Outras observações:**

O PL nº 1.876/07 torna obrigatória construção de área destinada à prática desportiva nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, da rede pública e privada, em todo o território nacional.

Além disso, estipula um prazo de 5 anos para que aquelas escolas que já estejam em funcionamento se adaptem à nova exigência.

Por Sua vez, o Substitutivo da CTD pretende assegurar que as escolas possuam instalações destinadas à prática da educação física, em especial quadras desportivas.

Observa-se, no entanto, que ambas as proposições deixam de estimar a despesa e indicar a origem dos recursos para as novas despesas.

**Brasília, de de 2017.**

**Marcelo Augusto da Silva Costa**  
**Assistente de Orçamento e Fiscalização Financeira**